



ESTADO DO CEARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

PROJETO DE LEI Nº 084/2023

*"Dispõe sobre a criação da Farmácia Veterinária Popular intitulada "Farmácia do Pet" e dá outras providências:*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ DECRETA:**

**Art. 1º.** Esta Lei institui a criação, controle e fiscalização das Farmácias Veterinárias Populares

**Art. 2º.** Denomina-se Farmácia Veterinária Popular o estabelecimento farmacêutico privado de medicamentos para uso veterinário que mediante convênio firmado com o Município, passa a comercializar diretamente ao consumidor na forma de varejo medicamentos para uso veterinário a preços subsidiados.

**Parágrafo único -** Entende-se por medicamentos de uso veterinário, todos os preparados de formula de natureza química, farmacêutica, biológica ou mista, com propriedades definidas e destinados a prevenir, diagnosticar ou curar doenças dos animais ou que possam contribuir para a manutenção da higiene animal.

**Art. 3º.** O rol de medicamentos a serem disponibilizados em decorrência da execução do Programa Farmácia do Pet será definido pela Secretaria Municipal de bem estar animal em conjunto com a secretaria de saúde do município, considerando-se as evidências epidemiológicas e prevalências de doenças e agravos.

**Art. 4º.** A produção de medicamentos de uso veterinário que façam parte do programa fica a cargo dos laboratórios privados e públicos, previamente autorizados pela legislação brasileira.

**Art. 5º.** A Farmácia Veterinária popular deve atender as exigências para funcionamento das farmácias, contando com a presença de um profissional médico veterinário 110 estabelecimento.

**Art. 6º.** Para a execução do programa Farmácia do Pet, poderá a Prefeitura Municipal firmar convênios com entidades privadas e públicas.

**Art. 7º.** As despesas desta Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias podendo se necessário serem suplementadas.

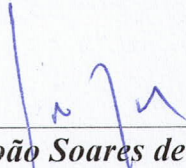


ESTADO DO CEARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

Art. 8º. Caberá ao Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação desta lei, expedir normas complementares à implementação do programa.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ, 04 de abril de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
*João Soares de Souza*  
Vereador – João Melim







## ESTADO DO CEARÁ

# CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

### JUSTIFICATIVA

O projeto visa sanar um grande problema de zoonose no meio urbano, em que as famílias de baixa renda do município sofrem com doenças causadas pelos animais domésticos e bichos de estimação, que são hospedeiros de doenças causadas por protozoários, como por exemplo, a leishmaniose visceral, ou calazar, que é uma doença transmitida pelo mosquito-palha que, ao picar, introduz na circulação do hospedeiro o protozoário, causando uma infecção que pode passar do animal para o homem e tornar-se potencialmente perigosa devido ao grande número de animais domésticos que adquirem a infecção. Muitas vezes, as famílias deixam de tratar seus animais pelo alto custo dos medicamentos veterinários, não podendo arcar com as despesas sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família.

O presente projeto de lei visa criar subsídios aos medicamentos de uso veterinário, para que a população possa utilizá-lo e resguardar seus animais de doenças e epidemias, além de incrementar a agricultura nacional. O programa de subsídios aos medicamentos para uso veterinário se baseia no programa de sucesso, implementado pelo Governo Federal, que criou a Farmácia Popular do Brasil para ampliar o acesso dos cidadãos de baixa renda aos medicamentos destinados à saúde humana. O programa em questão possui uma rede própria de farmácias Populares e parceria com farmácias da rede privada e visa disponibilizar medicamentos em municípios e regiões do território nacional.

Diante disso, por estar convicto da necessidade e relevância destas medidas, a fim de que seja criado o programa Farmácia do Pet, peço aos meus nobres pares o apoio e os votos necessários para a aprovação do presente Projeto de Lei.

*João Soares de Souza*  
Vereador – João Melim

